



Senado aprova reforma política e cota para mulher nos Legislativos

As duas propostas agora irão para a análise dos deputados. Reserva para mulheres na política aprovada ontem pelos senadores vale para a Câmara, as assembleias legislativas e as câmaras municipais

O Plenário aprovou ontem duas propostas que modificam as leis político-eleitorais e agora serão remetidas para a Câmara dos Deputados. A primeira, entre outros pontos, proíbe que empresas façam

doações às campanhas eleitorais. A segunda cria uma cota para as mulheres nos Legislativos, à exceção do Senado. Na primeira eleição após a edição da lei, as mulheres teriam 10% dos assentos. Na segunda, 12%. Na terceira, 16%. **3**

Renan Calheiros conduz a sessão em que foram aprovadas a reforma política e as cotas para mulheres



Marcos Oliveira/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado



Otto Alencar, o presidente da comissão que trata da Agenda Brasil, e Blairo Maggi, o relator

Agenda Brasil começa a ser analisada

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que estuda os projetos da Agenda Brasil, fez on-

tem sua primeira reunião. O relator, Blairo Maggi, receberá sugestões dos integrantes do colegiado. **4**

Projeto de segurança no trabalho terá debate aprofundado **8**

Limite maior do crédito consignado passa em primeira análise **5**

Cartilha explica Lei Maria da Penha

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e a Procuradoria Especial da

Mulher do Senado lançaram ontem uma cartilha que explica de forma simples a lei de 2006. **2**



As senadoras Vanessa Grazziotin e Simone Tebet apresentam a cartilha sobre a Lei Maria da Penha

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Duas medidas provisórias trancam a pauta do Plenário **2**

Confirmado nome do novo embaixador brasileiro na Bolívia **5**

PEC sobre área indígena vai à Câmara

Aprovada no Senado, proposta que prevê compensação aos proprietários de terras declaradas reservas indígenas segue para a Câmara dos Deputados. A indenização será paga em dinheiro ou Título da Dívida Agrária às pessoas detentoras de títulos do-

miniais expedidos até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A PEC prevê o pagamento pelas benfeitorias. Senadores disseram que a proposta beneficia tanto os índios quanto os produtores rurais e ajudará a evitar conflitos. **5**

Juiz Moro discute prisão preventiva

Responsável pela condução dos processos da Operação Lava-Jato, o juiz Sérgio Moro participa hoje de debate na Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto que amplia a possibilidade de prisão de condenados por crimes hediondos, corrupção, peculato e lavagem de dinheiro. Para isso, a proposta admite a decretação de prisão preventiva após a condenação do acusado em segunda instância. Representantes do Ministério Público, do Supremo Tribunal Federal e da OAB também devem participar da audiência interativa. **5**



Sérgio Moro, juiz que conduz os processos da Operação Lava-Jato, participa de debate hoje

Fábio Rodrigues/Pozzebom/ABR

Comissão barra texto sobre docentes

A Comissão de Educação rejeitou projeto que previa a assiduidade como um dos fatores de progressão funcional para professores. O objetivo do texto era redu-

zir as faltas dos docentes na rede pública. Mas o colegiado entendeu que o problema deve ser enfrentado com mudanças mais amplas nas condições de trabalho. **6**

Congresso lança cartilha sobre Lei Maria da Penha

Publicação foi lançada ontem pela Comissão de Mista de Combate à Violência contra a Mulher e pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado. Pesquisa do DataSenado mostra que agressões persistem

O CONGRESSO LANÇOU ontem uma cartilha sobre a Lei Maria da Penha, que prevê punições para quem comete violência contra mulheres. A publicação foi elaborada pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher e pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

De distribuição gratuita, a cartilha se compõe de perguntas e respostas e esclarece em linguagem simples a aplicação da norma.

A procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou a importância da cartilha:

— A gente precisa divulgar muito a Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha foi criada em 2006, mas uma pesquisa de opinião feita neste ano pelo DataSenado mostra que ela ainda não tem conseguido reduzir suficientemente a violência de gênero no Brasil.

Entre as vítimas de violência doméstica no país, mostra a pesquisa, 73% foram agredidas pelo homem com quem conviviam intimamente. Dessas, 26% ainda convivem com o agressor e 14% continuam sendo agredidas.

O DataSenado ouviu por telefone 1.102 brasileiras de todos os estados entre 24 de junho e 7 de julho.

Sobre o tipo de violência, predominam a física (66%) e



As senadoras Vanessa Grazziotin e Simone Tebet no lançamento da cartilha

a psicológica (48%). Apenas 28% formalizaram denúncia em delegacia. Os principais motivos para não denunciar os agressores foram a preocupação com a criação dos filhos (24%), o medo de vingança do agressor (21%), o fato de acreditar que aquela seria a última vez (16%), a crença na impunidade do agressor (10%) e a vergonha da agressão (7%).

Hoje, a reconciliação da mulher com o agressor não extingue as ações decorrentes de violência doméstica e familiar. A mulher pode até se reconciliar e voltar a conviver com o cônjuge, mas ele continuará a responder na Justiça, podendo ser condenado.

Esse entendimento foi dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao decidir que, nos casos de lesão corporal, a agressão transforma-se em delito de caráter público, não cabendo à Justiça aceitar a retratação.

A presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), disse que o assunto precisa ser debatido com profundidade, como forma de evitar retrocesso na lei. Segundo ela, a pesquisa direcionará o trabalho da comissão.

Para a senadora Marta Suplicy (sem partido-SP), enquanto não houver autonomia financeira da mulher, não haverá condição de manter a queixa contra a agressão.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) disse que a redução da violência contra as mulheres passa pelos meios de comunicação, que ainda reproduzem de forma natural as agressões de que são vítimas.

Baixe a cartilha, em PDF: <http://bit.ly/CartilhaMariaDaPenha>
Veja a pesquisa na íntegra: <http://bit.ly/DataSenadoMulher2015>

MPs são lidas e trancam a pauta do Plenário

Foram lidas ontem duas medidas provisórias que passam a trancar a pauta de votações do Senado. A MP 674/2015, que abre crédito extraordinário de R\$ 904,75 milhões em atendimento a vítimas de desastres naturais, perde a validade em 16 de setembro. Já a MP 675/2015, que eleva de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras, vence no dia 18.

A maior parte dos recursos da MP 674/2015, R\$ 546,51 milhões, é destinada ao Ministério

da Integração Nacional para aquisição de alimentos, abastecimento de água para consumo e construção de adutoras. A pasta do Desenvolvimento Agrário recebeu R\$ 243,27 milhões, a serem utilizados no pagamento de parcelas do benefício Garantia-Safra para cerca de 260 mil famílias que tiveram sua produção atingida pela seca. O Ministério da Defesa foi contemplado com R\$ 114,97 milhões para a Operação São Francisco, que utiliza as Forças Armadas em ações de policiamento na

cidade do Rio de Janeiro.

A MP 675/2015 foi aprovada na comissão mista que a analisou na forma do relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Para as cooperativas de crédito, Gleisi manteve um aumento menor, de 17%. Depois de acordo com parlamentares da base e da oposição, a relatora restringiu a validade dos aumentos para pouco mais de três anos, de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. Após o fim do prazo, a alíquota voltará à atual, de 15%.

Humberto destaca debates em evento do Parlaméricas

O líder do PT, Humberto Costa (CE), relatou em Plenário a participação dele na 12ª Assembleia Plenária do Parlamento das Américas (Parlaméricas), que reuniu representantes de 35 países no Panamá. Ele disse ter destacado no encontro o Programa Mais Médicos, do governo federal, e o programa de transparência do Senado.

Humberto também debateu com os participantes do evento a maior presença das mulheres no Legislativo brasileiro, lembrando a aprovação de proposta que reserva um mínimo 10% das vagas de cargos proporcionais a cada um dos gêneros.

Ele observou ainda que o cenário de crise atinge boa parte dos países americanos.



Fernando Bezerra elogia país por ajuda a refugiados

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) elogiou as ações humanitárias do Brasil que, entre agosto de 2011 e 2015, acolheu mais de 2 mil sírios. O número é superior aos abrigados pelos Estados Unidos, Espanha e Itália.

Segundo o senador, o Brasil já acolheu este ano mais de 5 mil pessoas fugindo de situações de guerra no mundo. Para ele, receber os refugiados é um dever humanitário.

Bezerra também cobrou do governo rapidez na captação das águas do Lago de Sobradinho para o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho. Ele explicou que a obra, orçada em R\$ 38 milhões, evitará prejuízos da ordem de R\$ 1 bilhão só em pomares.



CORREÇÕES

Diferentemente do que foi publicado na pág. 3 de ontem, o PLS 298/2015 é de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Na pág. 6, faltou informar que a Procuradoria Especial da Mulher também participa do lançamento da cartilha *Lei Maria da Penha* — perguntas e respostas.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CI Sabatinas

8h30 Sabatina de indicados para diretores do Dnit.

CAS Utilidade pública

9h Na pauta de 10 itens, projeto que fixa regras pelas quais sociedades são declaradas de utilidade pública.

CDR Nelson Barbosa

9h Audiência pública com o ministro do Planejamento sobre demarcação de terrenos de marinha e análise de 8 projetos.

PRESIDÊNCIA Futebol

10h Renan Calheiros recebe o deputado Ronaldo Lessa; o presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, Marco Antônio Martins; e presidentes de federações estaduais de futebol. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCJ Audiência pública

10h Entre 27 itens da pauta, projeto que fixa prazo de 24 horas para apresentação do preso ao juiz após prisão em flagrante. Às 15h, audiência pública sobre texto que altera o Código de Processo Penal.

CE Acesso à internet no interior

10h Audiência para discutir dificuldades de acesso à internet por jovens do interior.

CDH Versão em áudio para manuais

11h Na pauta, projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções.

PLENÁRIO Pauta trancada

14h As MPs 674 e 675, de 2015, trancam a pauta do Plenário.

CMO Orçamento 2016

14h Reunião extraordinária para exame do projeto de lei orçamentária de 2016. Às 18h, a comissão continua a análise.

MP 676/2015 Previdência social

14h30 A comissão que analisa a MP debate a proposta, que trata dos planos de benefícios da previdência social.

MP 679/2015 Energia para Olimpíadas

14h30 A comissão responsável pela MP, sobre fornecimento de energia para as Olimpíadas 2016, aprecia relatório.

MERCOSUL IPI para máquina agrícola

14h30 A Representação Brasileira no Parlasul analisa projeto que isenta do IPI máquinas agrícolas.

PACTO FEDERATIVO Energia

14h30 A comissão analisa texto sobre cálculo do valor adicionado à produção de energia para repartição de arrecadação.

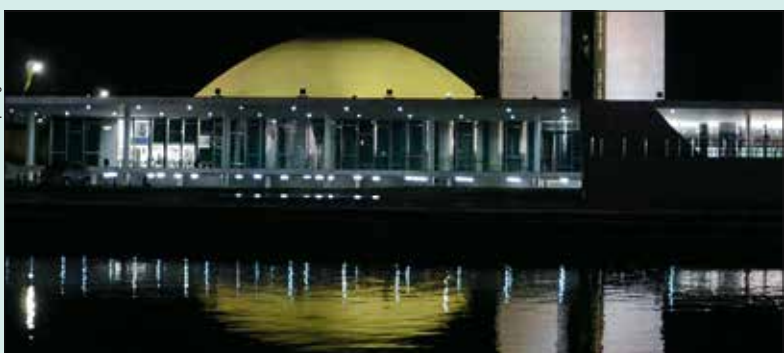
SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



A cúpula do Senado está iluminada de amarelo até sexta-feira em apoio à campanha mundial Setembro Amarelo, de prevenção ao suicídio. No fim de semana, a iluminação foi azul, pelo Dia Nacional da Conscientização da Fibrose Cística, 5 de setembro.

Proposta, que entre outros pontos acaba com a doação de empresas a partidos e candidatos, agora será enviada para a Câmara, que poderá fazer mudanças no texto

Senado conclui votação da reforma política

OS SENADORES VOTARAM ontem a redação final da reforma política. Agora o PLC 75/2015 volta para a análise dos deputados federais, que poderão fazer mudanças. O relator da Comissão da Reforma Política, senador Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que, para as regras novas valerem para as eleições de prefeitos e vereadores do ano que vem, a proposta deve ser sancionada até 2 de outubro.

O destaque da reforma política aprovada é a proibição de doações de empresas e outras pessoas jurídicas a partidos políticos e candidatos. Sobre a resistência dos deputados a essa mudança, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse esperar que a Câmara vote logo o projeto, por se tratar de "Casas complementares".

As legendas apenas poderão receber dinheiro de pessoas físicas, mas a doação não poderá ser superior ao que o doador recebeu no ano anterior à eleição. Além disso, as doações deverão ser por meio de cheques cruzados e nominais, de transferência eletrônica ou de depósitos em espécie identificados, com recibos.

Outra mudança significativa está nas normas para as coligações partidárias nas eleições proporcionais. Os partidos poderão continuar a se juntar para as disputas, mas os candidatos



Romero Jucá (E), que relatou a reforma política, fala na sessão em que o Plenário aprovou a redação final do projeto

com votações insignificantes não deverão mais ganhar cadeiras no Legislativo. Se o PLC 75/2015 for sancionado como está, somente estarão eleitos aqueles que obtiverem número igual ou superior a 10% do quociente eleitoral.

Trânsito

A prática de justificar o voto pode estar com os dias contados. A proposta assegura ao eleitor o direito de votar para presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual em urnas especialmente instaladas para esse fim. Para ter esse direito, o eleitor deverá habilitar-se na Justiça Eleitoral até 45 dias

antes da eleição. Precisa ainda informar onde vai votar.

As campanhas deverão ficar mais baratas. De acordo com a proposta, o limite de gastos deverá variar entre 30% e 70% dos custos da última campanha anterior à publicação da lei oriunda do PLC 75/2015. Caberá à Justiça Eleitoral divulgar os valores permitidos.

Para viabilizar o corte de custos, a proposta prevê que a propaganda eleitoral, inclusive na internet, vai começar em 15 de agosto. Nas inserções só poderão aparecer os candidatos, textos com propostas, fotos, jingles, clipes com música ou vinhetas com a indicação do número do candidato ou do

partido. Será autorizada também a exibição de entrevistas com os candidatos.

A prática de cabos eleitorais remunerados poderá acabar. O projeto de reforma política proíbe a contratação direta ou terceirizada de pessoas para as atividades de militância e mobilização de ruas. O barulho também deverá ser reduzido. Segundo a proposta, será vedado o uso de alto-falantes, amplificadores de som ou qualquer outra aparelhagem de sonorização fixa, bem como de carros de som, minitrios ou trios elétricos, a não ser em comícios, carreatas ou reuniões. A potência do som não poderá ser superior a 10 mil watts.

Novas normas estão previstas também para o Fundo Partidário, que garante recursos financeiros aos partidos políticos com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com prestação de contas regularizada. Apenas poderão participar do rateio desse dinheiro os partidos que tiverem até 2018 diretórios permanentes em 10% dos municípios em pelo menos 14 estados e em 20% das cidades em 18 estados até 2022.

Independentemente da propaganda eleitoral gratuita, emissoras de rádio e TV estarão liberadas para promover debates. Nas mesas-redondas, estará assegurada a participação de filiados a partidos com pelo menos quatro deputados federais. Isso até 2020. Após 2020, deverão ser nove deputados. A participação em pelo menos três debates deverá ser obrigatória aos candidatos a governador no segundo turno nas eleições. Se um deles não quiser ir, o evento deverá acontecer com o que compareceu.

A partir da primeira eleição geral após a sanção da lei, os votos serão impressos. A urna deverá imprimir o registro de cada voto, e o papel será depositado em um local lacrado. O processo de votação não será concluído até que o eleitor confirme a correspondência entre o voto e o registro impresso.

Plenário aprova cota para mulheres nos Legislativos

O Plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que reserva a cada gênero um percentual mínimo de cadeiras nas representações legislativas em todos os níveis federativos (PEC 98/2015). A medida abrange a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as câmaras municipais. Foram 53 votos a favor e 4 contrários. A proposta já havia sido aprovada em primeiro turno e agora vai para a Câmara dos Deputados.

A PEC assegura a cada gênero percentual mínimo de representação nas três próximas legislaturas: 10% das cadeiras na primeira legislatura, 12% na segunda legislatura e 16% na terceira. Caso o percentual mínimo não seja atingido por um determinado gênero, as vagas necessárias serão preenchidas pelos candidatos desse gênero com a maior votação nominal individual entre os partidos que atingiram o quociente eleitoral.

A proposta faz parte das sugestões da Comissão da

Reforma Política.

A aprovação em segundo turno, no entanto, foi marcada por uma polêmica sobre a redação da PEC. O senador Magno Malta (PR-ES) se manifestou contrário à cota, argumentando que "quem vota é o povo". Ele ainda questionou a expressão "cada gênero" no texto da proposta. Para o senador, seria uma "expressão subliminar" para permitir, no futuro, o pedido de cotas na política para transexuais e homossexuais.

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) reagiu, dizendo que "nenhuma má interpretação pode conduzir uma luta tão intensa em uma hora que temos de convergir forças".

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) disse que, na verdade, só existem dois gêneros, o masculino e o feminino. Ela sugeriu colocar a expressão "gênero feminino" e "gênero masculino" como forma de superar o impasse — o que foi aceito pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR). A senadora ainda negou que a

proposta desqualifique o voto popular e apontou que a proposta ajuda a firmar a posição da mulher na sociedade.

— Não é possível que os senhores acreditem que as mulheres sejam minoria apenas porque não gostam de política! Ora, pelo amor de Deus! — afirmou Lídice.

Com a alteração no texto, Malta decidiu apoiar a PEC.

Na avaliação da senadora Marta Suplicy (sem partido-SP), a proposta não é exatamente o que se queria, mas é um primeiro passo e uma alavanca para muitas mulheres que querem ser candidatas.

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) definiu a medida como um avanço para a atividade da mulher na política.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também destacaram a importância da PEC. O senador Humberto Costa (PT-PE) elogiou a proposta, mas lamentou que seja ainda um "passo muito pequeno".

— As condições para que a mulher faça política ainda são muito adversas — opinou o senador.

Medeiros quer rigor contra propaganda eleitoral irregular

O senador José Medeiros (PPS-MT) apresentou um projeto de lei para tornar mais rígidas as multas relativas a irregularidades em propagandas eleitorais (PLS 575/2015).

O projeto também cria novas penalidades para algumas práticas, como propaganda em lugares proibidos e material impresso fora das especificações legais.

De acordo com o parlamentar, a proposta busca ainda escalonar o valor das multas, para que um candidato a vereador não seja multado da mesma maneira que um candidato a presidente, por exemplo. A Justiça Eleitoral levaria em conta o cargo pretendido para calcular a pena de multa ao candidato.

Medeiros acredita que essas alterações na Lei Eleitoral vão ajudar a coibir abusos e dar condições mais igualitárias aos candidatos.

Para Telmário, carro de som em campanha não pode ser proibido

Telmário Mota (PDT-RR) afirmou que a reforma eleitoral aprovada pelo Senado contém uma falha. De acordo com ele, a mudança feita no projeto pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR), prejudica os candidatos mais humildes e "fere de morte a democracia", por permitir o uso de carros de som e alto-falantes apenas em comícios e outros eventos organizados.

Para o senador, a Constituição garante a livre manifestação do pensamento e, por isso, o Estado não pode proibir nenhum ato de propaganda partidária ou eleitoral.

— O Senado não pode impedir o pleno exercício da democracia na campanha eleitoral, proibindo os candidatos mais humildes de se manifestar com os minguados meios que têm, aí incluídos os minitrios, as bicicletas, os animais de carga, as caixas de som. O Senado, em pleno século 21, não pode impor uma lei da mordada na campanha eleitoral.

Nova comissão inicia análise da Agenda Brasil

Integrantes do colegiado terão 15 dias para apresentar ao relator suas avaliações sobre projetos em discussão, que têm como objetivo ajudar na retomada do crescimento econômico

AGENDA BRASIL

A SOCIEDADE ESPERA que da nova comissão saiam projetos de lei que sejam impactantes e melhorem a economia nacional. Foi o que afirmou o relator da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, Blairo Maggi (PR-MT), ontem, na primeira reunião do colegiado.

A comissão foi criada com objetivo de tratar das propostas incluídas na Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para retomar o crescimento econômico do país.

Na reunião, a comissão aprovou o plano de trabalho. Blairo informou que vai distribuir os projetos entre os integrantes. Assim, cada senador vai atuar como um “relator-adjunto” e terá 15 dias para concluir seu relatório. Blairo vai analisar cada relatório para compor o relatório final.

Blairo informou que a comissão já recebeu 45 projetos. Desses, cinco já estão sendo analisados.

— Esta comissão tem o objetivo de minimizar o tempo de tramitação dos projetos e apresentar soluções possíveis de serem realizadas e provocar mudanças — afirmou.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) advertiu que, na seleção dos projetos, é preciso atentar para o espírito da comissão. Segundo Benedito de Lira (PP-AL), a divisão de tarefas entre os senadores vai agilizar o trabalho da comissão.

O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), pediu a dedicação de todos os

membros e disse que o início dos trabalhos representa “um momento importante” para o Senado. Ele informou que vai propor a análise da regulamentação dos jogos de azar no Brasil (PLS 186/2014) e convocou uma nova reunião para a próxima terça-feira.

— Espero me dedicar de corpo e alma para colaborar com o governo, para encontrarmos soluções para o país — declarou.

Waldemir Moka (PMDB-MS) sugeriu que a comissão analise dois projetos de sua autoria: um que destina o dinheiro recuperado da corrupção para as áreas de saúde e educação (PLS 303/2013) e outro que estabelece que o próprio preso pague, com dinheiro ou trabalho, sua permanência na cadeia (PLS 580/2015).

Lindbergh Farias (PT-RJ) também sugeriu que a comissão analise a volta de tributos sobre lucros e dividendos, a criação de impostos sobre compra de jatinhos e iates (PEC 116/2011) e a ampliação das atribuições do Banco Central (PLS 477/2011). As propostas são dele próprio.

Paulo Bauer (PSDB-SC) manifestou receio sobre o volume de trabalho para a comissão, apontando que “é muito difícil imaginar que esta comissão tenha condições de resolver problemas que não foram resolvidos em décadas”.

Na mesma linha, Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que a comissão tem uma “missão hercúlea” e exige dedicação total dos membros. Segundo ele, o desenvolvimento regional também deve ser um dos focos da comissão.



A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional faz sua primeira reunião: em pauta, os projetos da Agenda Brasil

Renan: “Não se discutiu aumento de impostos”

Sobre a declaração dada ontem pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em relação a um possível aumento do Imposto de Renda para equilibrar as contas públicas, Renan Calheiros disse que o Congresso não discutiu nada ainda em relação à elevação da carga tributária, mas que é a favor de uma proposta do Executivo para agilizar a repatriação de recursos e aumentar a arrecadação. Ele também voltou a defender a redução das despesas do governo.

Renan observou que a elevação das alíquotas de tributos como a Cide, incidente sobre os combustíveis, não precisa da aprovação do Congresso.

— Qualquer iniciativa do governo é iniciativa do governo, mas nós não discutimos isso. Eu continuo achando que primeiro é preciso cortar despesa, reduzir ministérios, extinguir cargos em comissão.

Repatriação de recursos sai de pauta e deverá virar medida provisória

A proposta de repatriação de recursos e bens não tributados de brasileiros enviados ao exterior, prevista para ser votada ontem em Plenário, foi retirada de pauta. O PLS 298/2015, um dos itens da Agenda Brasil, deve ser substituído por medida provisória a ser editada pelo governo nos próximos dias, a partir de um acordo com os senadores.

Renan explicou que, como havia dificuldades para tramitação da proposta na Câmara, o governo sugeriu enviar medida provisória com o mesmo teor do projeto para que os efeitos possam ser imediatos.

O projeto permite que brasileiros que mantêm recursos e patrimônio no exterior que não foram declarados à Receita Federal possam repatriá-los, sem responder por crimes de evasão de divisas ou de omissão de in-

formações ao fisco, mediante pagamento da alíquota de 17,5% do Imposto de Renda (IR), mais multa de 100% sobre o imposto apurado — um encargo total de 35%.

Tanto o autor do projeto original, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), como o do substitutivo que seria votado em Plenário, Delcídio do Amaral (PT-MS), concordaram com a substituição. Vice-presidente da Comissão do Desenvolvimento Nacional, Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que o Senado deu um passo importante para viabilizar a repatriação de divisas. A oposição criticou a troca. Segundo o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), o projeto prevê a criação de um imposto com alíquota de 35%, o que não pode ser feito por MPs. José Agripino (DEM-RN) também foi contrário à substituição.

Vanessa quer mudança na legislação tributária

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que as investigações da CPI do Carf reforçam a necessidade de mudança na legislação de arrecadação de impostos no país. Segundo ela, o sistema enfrenta sérios problemas que prejudicam os cofres públicos da União, estados e municípios. O exame dos casos também é lento, argumentou. Na Justiça de primeiro grau, o tempo médio de análise é de quase nove anos. O julgamento administrativo de um processo demora em média oito anos. E na primeira instância, dois anos. Com isso, processo de execução de crédito tributário no país pode levar 20 anos.

— Essa é uma das prioridades do Brasil: mudar o sistema para que o Estado não demore mais esses 20 anos e não conviva mais com taxa de recuperação de apenas 2%.



Gurgacz pede corte de despesas e agilidade

O Congresso fará de tudo para ajudar o país na superação das dificuldades, afirmou Acir Gurgacz (PDT-RO). Segundo o senador, no exame do Orçamento, o Congresso procurará apontar saídas para a crise, mas ressaltou que o governo precisa fazer sua parte, “cortando as muitas despesas que podem ser cortadas e sendo mais ágil nestes cortes”.

Para o senador, também é essencial o governo mudar a política econômica, baixando os juros, facilitando o acesso ao crédito, estimulando os negócios e aumentando os investimentos públicos, especialmente em infraestrutura.

— Se o governo não olhar para as empresas e os produtores, a situação não mudará. O país precisa encontrar uma forma de aumentar as receitas sem criar novos impostos ou aumentar os existentes.



Governo precisa reduzir comissionados, diz Lasier

O senador Lasier Martins (PDT-RS) disse que, diante da falta de liderança na Presidência da República e da fragilidade das contas públicas, o Senado tem um papel importante a exercer para o bem do Brasil.

— Se falta coragem ao Poder Executivo, por exemplo, para diminuir o número de ministérios, sobra essa qualidade nesta Casa. Mas precisamos ir além. É preciso que o governo corte o número de comissionados e diminua seus gastos, adotando ações e austeridade em todos os setores da administração pública federal — sustentou.

A seu ver, a Agenda Brasil, sugerida pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, merece ser discutida ponto por ponto, para que não se transforme numa mera peça de marketing.



Ana Amélia: aumento de imposto só piorará crise

Ana Amélia (PP-RS) protestou contra o plano do governo de aumentar impostos por meio de decreto. Segundo ela, as medidas tendem a atropelar o Poder Legislativo.

— Esta Casa não se furtou a ajudar quando foi necessário em momentos de crise. Não se pode atropelar o Congresso Nacional em decisões dessa natureza. Aumentar impostos será apenas agravar os problemas que o setor produtivo já vem vivendo — alertou.

Ela cumprimentou a presidente Dilma Rousseff por ter admitido erros da administração, mas salientou que é preciso corrigir os rumos do país o mais rápido possível.

A senadora também falou sobre a crise no Rio Grande do Sul. Segundo ela, a população gaúcha se encontra “refém” da insegurança, situação que atribuiu à greve da polícia.





Renan Calheiros (C) conduz a sessão em que o Plenário aprovou o projeto que trata da indenização de fazendeiros

Aprovada indenização para terra declarada indígena

Proposta, que agora vai para a Câmara dos Deputados, prevê que compensação será paga em dinheiro ou Título da Dívida Agrária. Senadores disseram que PEC beneficia índios e produtores rurais

AGENDA BRASIL

OS DONOS DE terras que passaram a ser reservas indígenas poderão ser indenizados pela União, prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71/2011, aprovada ontem pelo Plenário do Senado. A PEC faz parte da Agenda Brasil e agora vai à Câmara dos Deputados.

— Estamos avançando item a item na Agenda Brasil graças à participação de todos — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A PEC, de Paulo Bauer (PSDB-SC), determina que a União indenize as pessoas detentoras de títulos dominiais expedidos até 5 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição) em terras declaradas indígenas. A PEC prevê o pagamento pelas benfeitorias.

A PEC também estabelece medidas para coibir as preten-

sões de grileiros ou posseiros. Para reivindicar a indenização, o dono do título dominial terá não só de provar a concessão do documento pelo poder público, mas ter sofrido prejuízo com a declaração da terra ocupada como indígena.

Outra exigência é de que a posse atual seja justa (não tenha ocorrido de forma violenta, clandestina ou precária) e de boa-fé (o beneficiário do título deve provar desconhecer vício ou obstáculo que impedia a aquisição da terra).

A proposta havia sido aprovada na CCJ em março, mas recebeu emendas no Plenário e voltou para a comissão na última semana. Blairo Maggi (PR-MT) apresentou um novo texto, incluindo as emendas.

Conforme a nova redação, aprovada em Plenário, “a União responderá pelos danos causados aos detentores de boa-fé de títulos de domínio

regularmente expedidos pelo poder público relativos a áreas declaradas a qualquer tempo como tradicionalmente ocupadas pelos índios e homologadas a partir de 5 de outubro de 2013”.

O senador acatou sugestão de Roberto Requião (PMDB-PR) para que a indenização aos donos das terras que forem consideradas áreas indígenas seja paga em dinheiro ou, se for de interesse do indenizado, por Título da Dívida Agrária (TDA).

Bauer explicou que a PEC assegura o direito do indígena e protege o agricultor. Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que, em função dos conflitos, muitos produtores não podem nem se financiar. Simone Tebet (PMDB-MS) afirmou que a proposta pacifica o campo. Waldemir Moka (PMDB-MS) ressaltou que a PEC é uma solução para um problema que se arrasta há muito tempo.

Empresários: plano de proteção ao emprego deve ser permanente

Empresários participaram ontem de audiência sobre a medida provisória que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e permite a redução de salário e jornada mediante acordo coletivo de trabalho entre a empresa e o sindicato da categoria (MP 680/2015). Eles defenderam que o benefício se torne permanente e que haja menos burocracia para atender os requisitos. Para o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, Luiz Moan, o PPE “é um programa moderno e costurado para as crises”. A MP prevê que a redução de salário e jornada deve abranger todos os empregados da empresa ou no mínimo de um setor específico.

As empresas podem participar do programa por seis meses, com uma renovação de

igual período. O trabalhador manterá o vínculo trabalhista por até 8 meses, em casos de a empresa aderir ao programa por 6 meses; e até 16 meses, em adesões por 12 meses.

Segundo o secretário do Ministério do Trabalho Giovanni Queiróz, 3 empresas já aderiram ao plano e 19 estão em processo de análise de documentos. “Se fôssemos pagar o seguro-desemprego, gastaríamos R\$ 11 milhões. Com os benefícios gastos no PPE, são R\$ 5 milhões investidos no plano. R\$ 6 milhões são poupados”, relatou.

O relator, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), deve apresentar o parecer na próxima semana. Segundo o senador José Pimentel (PT-CE), o Congresso fez os ajustes necessários, procurando atender em parte todos os interessados.

Avança medida que aumenta limite de desconto em folha

Foi aprovada, em comissão mista do Congresso, a medida provisória que amplia de 30% para 35% do valor do salário o limite do crédito consignado (desconto autorizado pelo trabalhador na folha de pagamento). A MP 681/2015, transformada em projeto de lei de conversão (PLV 12/2015), terá agora que ser votada pela Câmara e pelo Senado.

Foram apresentadas 66 emendas, todas rejeitadas pelo relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). Grande parte tinha conteúdo estranho ao assunto da medida. A única mudança feita por Raupp foi incluir no texto a possibilidade de saque por meio do cartão de crédito dentro do limite extra de 5%.

O limite é válido para trabalhadores com contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e para

Juiz Sérgio Moro debate hoje projeto sobre prisão preventiva

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pela condução dos processos da Operação Lava-Jato, confirmou a presença hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para debater o projeto que admite a decretação de prisão preventiva após a condenação do acusado em segunda instância (PLS 402/2015).

Também convidado, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, será representado por outro integrante do Ministério Público. Além deles, foram convidados para a audiência os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio e Celso de Mello, o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Coêlho, entre outros juristas e especialistas.

O debate foi sugerido por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), José Pimentel (PT-CE) e Humberto Costa (PT-PE).

O projeto foi apresentado por Roberto Requião (PMDB-PR), Aloysio Nunes

Ferreira (PSDB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a partir de sugestão da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). A ideia é ampliar a possibilidade de prisão de condenados por crimes hediondos, corrupção, peculato e lavagem de dinheiro.

Se o projeto virar lei, será aberta, por exemplo, a possibilidade de decretação da prisão mesmo que o condenado tenha respondido ao processo em liberdade. A única exceção seria a existência de garantias de que ele não vai fugir ou praticar novas infrações.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 15h

► Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

► Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

► Facebook: senadofederal

[@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

► TV: www.senado.leg.br/TV

► Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Depois de 2 anos, Brasil voltará a ter embaixador na Bolívia

O Plenário aprovou o nome do diplomata Raymundo Santos Rocha Magno para assumir a embaixada brasileira na Bolívia. Ele recebeu 59 votos a favor e 2 contra, tendo havido uma abstenção.

Com a nomeação de Magno, o Brasil volta a ter um chefe para sua missão diplomática em La Paz depois de dois anos. Em 2013, o então

embaixador Marcelo Biato foi removido do cargo após a fuga clandestina do senador boliviano Roger Pinto Molina para o Brasil. Ninguém foi designado para o posto desde então.

Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que relatou a indicação, a nomeação ajuda o Brasil a iniciar uma nova etapa nas relações com a Bolívia.

Projeto cria Dia da Amizade Brasil-Ucrânia

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que institui dia para celebrar a Amizade Brasil-Ucrânia. A data deve recair em 25 de outubro, lembrando a assinatura, em 1995, do Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação entre os dois países.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, Hélio José (PSD-DF), ao PLC 134/2011, do então deputado Ângelo Vanhoni. A proposta original instituiu 2011 como ano comemorativo da amizade entre os dois países. Como já havia passado o período previsto, Hélio José optou pela ideia do dia.

Texto que definia a assiduidade como critério para progressão funcional tinha voto favorável do relator, mas comissão entendeu que cabe às redes de ensino gerenciar problema

Rejeitado projeto que valoriza professor assíduo

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) rejeitou ontem projeto de lei (PLS 95/2013) que pretendia modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a assiduidade e o uso de práticas pedagógicas inovadoras entre os fatores considerados para progressão funcional de professores. Na decisão, o colegiado seguiu voto em separado contrário à proposta apresentado pela senadora Marta Suplicy (sem partido-SP).

O relator, senador Telmário Mota (PDT-RR), havia sido favorável ao projeto, de autoria do ex-senador Vital do Rêgo. Ao sugerir a proposta, Vital disse que uma das finalidades era ajudar a reduzir o grande número de faltas dos professores de escolas públicas, o que compromete a qualidade do ensino. A comissão entendeu, contudo, que as soluções defendidas seriam inadequadas como meio de promover a assiduidade dos docentes.

Com a rejeição, o texto agora deve ser arquivado, pois teve decisão final na CE. Porém, se houver recurso, a questão poderá ser decidida em Plenário. Nesse caso, se vier a



Anastasia e Marta, autora de voto em separado contrário: para ambos, questão não deve ser regulada por lei federal

ser aprovada, a proposta terá chance de seguir para exame na Câmara dos Deputados.

Em seu voto, Marta chegou a dizer que o “absenteísmo docente é terrível”. Porém, lembrou que o próprio autor reconhece, na justificativa de sua proposta, que esse seria um “fenômeno complexo”. Assim, avaliou que cabe aos sistemas de ensino a tarefa de gerenciar o problema oferecendo, antes de tudo, condições de trabalho que favoreçam o engajamento dos profissionais, inclusive por meio da criação de oportuni-

dades para a promoção de inovações no campo pedagógico.

— Não acho que lei como a que está sendo proposta vá mudar a assiduidade das pessoas e torná-las mais inovadoras pedagogicamente, mas que se faz necessário toda uma mudança de espírito dentro da carreira profissional — argumentou Marta.

Valorização

A senadora destacou ainda que a LDB já define critérios gerais para a valorização dos professores ao detalhar exi-

gências para a elaboração de estatutos e planos de carreira. Ela observou que a progressão funcional e a avaliação de desempenho constituem uma das facetas desse processo, cuja definição deve ser da competência dos sistemas de ensino, conforme a autonomia que a Constituição confere à União, aos estados e aos municípios para legislar sobre educação.

Ao justificar posição contrária ao projeto, Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que o texto entra em detalhes

normativos que, a seu ver, não devem constar de legislação federal. Ele diz que a LDB já define a “moldura geral” para que cada estado e município possa complementar os critérios de valorização e avaliação de desempenho segundo sua realidade específica:

— Evidente que todos nós defendemos o combate ao absenteísmo e o favorecimento à assiduidade, mas com critérios derivados de cada realidade — argumentou.

Telmário, que assumiu a relatoria do projeto na semana anterior, reforçou durante o debate sua crença de que a proposta poderia contribuir para evitar faltas dos professores às aulas. Para o senador, em comparação com uma lei federal, normas estaduais e municipais não teriam a mesma força para disciplinar a questão.

Simone Tebet (PMDB-MS), que também apoiou o voto de Marta, reforçou a tese de que o projeto não oferece resposta para a complexa questão do absenteísmo do professor. Depois sugeriu que, a partir de agora, a comissão promova audiências públicas para avaliar a questão.

Proposta estimula escola pública perto de casa

Beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida poderá suspender o pagamento das parcelas de seu financiamento enquanto não houver vaga, para crianças e adolescentes que morem com ele, em creche ou escola pública de educação infantil e de ensino fundamental dentro ou nas imediações do conjunto habitacional.

Isso é o que determina projeto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PLS 194/2012 segue para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A autora do projeto, Ângela Portela (PT-RR), lembra que a legislação do Minha Casa, Minha Vida obriga o

poder público a assegurar equipamentos comunitários de educação. No entanto, diz ela, muitas famílias não encontram, “nem no perímetro do conjunto edificado, nem mesmo nas suas proximidades”, escolas gratuitas para matricular seus filhos.

— Enquanto o poder público não cumpre seu papel de oferecer essas vagas às crianças, os pais também ficam liberados de pagar a sua parte. Precisamos levar a sério as políticas públicas em nosso país — frisou a senadora.

Prazo

O senador Douglas Cintra (PTB-PE) leu ad hoc o relatório favorável de Paulo Paim (PT-RS), com duas emendas.

Na primeira, Paim amplia de 60 para 120 dias, após a emissão das cartas de habite-se, o prazo previsto no projeto para comprovação da oferta de vagas para atender crianças e adolescentes residentes no conjunto habitacional.

Na outra emenda, o relator explicita, no texto legal que rege o Minha Casa, Minha Vida (Lei 11.977/2009), que as escolas públicas devem estar situadas no interior ou no entorno do empreendimento.

O projeto recebeu elogios do presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), e dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Telmário Mota (PDT-RR), Donizeti Nogueira (PT-TO) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Comissões vão debater obrigação de cadeirinha em transporte escolar

A obrigação do uso, no transporte escolar, de cadeirinhas para crianças com menos de 7 anos e meio de idade será discutida em audiência conjunta das Comissões de Educação (CE) e de Infraestrutura (CI). A sugestão para o debate foi do senador Dalírio Beber (PSDB-SC) e a data ainda será definida.

Beber explica que a Resolução 533/2015 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), publicada em junho passado, tornou obrigatória a oferta das cadeirinhas nos veículos que fazem o transporte escolar. O órgão fixa em 1º de fevereiro de 2016 o prazo para o cumprimento da determinação.

A norma já vale para veículos de passeio. Para crianças com mais de 7 anos e meio, é obrigatório o uso do cinto de segurança em todos os veículos.

Conforme Beber, a nova resolução tem causado protesto dos proprietários de vans escolares, que alegam impossibilidade de adequação dos veículos. Eles também reclamam que táxis, vans e ônibus que não sejam de transporte escolar continuarão desobrigados de oferecer a cadeirinha.

Serão convidados representantes do Denatran, dos fabricantes de veículos, do Inmetro e dos transportadores escolares.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão sabatina indicada para diretoria da Ancine

Produtora de cinema e televisão e advogada, Débora Ivanov já produziu mais de 60 curtas, médias e longas-metragens. Ela deve ser sabatinada pela Comissão de Educação e Cultura na próxima semana

INDICADA DIRETORA DA Agência Nacional do Cinema (Ancine), Débora Regina Ivanov Gomes deve ser sabatinada na terça-feira na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A relatora da indicação, senadora Marta Suplicy (sem partido-SP), apresentou seu relatório ontem e o presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), concedeu vista coletiva da mensagem da Presidência da República contendo a indicação.

Em seu relatório, Marta fez um balanço dos avanços alcançados pelo setor de audiovisual e apontou desafios, como a ampliação do número de salas de cinema e o fortalecimento das distribuidoras e da programação brasileira.

A relatora afirma que a indicada atende as exigências legais e atribuições requeridas para o cargo, tendo conhecimento e experiência suficientes para enfrentar os desafios e contribuir para o crescimento do setor. Débora Ivanov Gomes é indicada para a vaga de Vera Zaverucha.



Romário concedeu vista coletiva da mensagem presidencial contendo a indicação

A indicada é advogada e produtora de cinema e televisão, tendo concluído MBA em gestão estratégica e econômica de negócios pela Fundação Getúlio Vargas. Produziu mais de 60 obras audiovisuais, entre curtas, médias e longas-metragens.

É diretora do Sindicato da Indústria do Audiovisual de São Paulo e diretora do Instituto Querô, organização sem fins lucrativos dedicada à capacitação e inserção no mercado audiovisual de jovens em situação de risco social na região portuária de Santos. Foi

responsável pela produção de filmes como *Até que a Sorte Nos Separe*, *O Lobo atrás da Porta* e *O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias*.

Na reunião, o senador Lasier Martins (PDT-RS) questionou declaração de Débora, em documentação que acompanha a indicação, de que é parte em dois processos que tramitam na Justiça de São Paulo. Marta Suplicy disse que são processos ainda sem decisão, referentes à compra de terrenos pela indicada, questão que Débora poderá esclarecer durante a sabatina.

Projeto dá a Curitiba título de Capital Nacional do Mosaico

Curitiba pode receber o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico. O projeto, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Se não houver recurso para votação no Plenário, a proposta vai para a Câmara.

No projeto (PLS 403/2015), o autor argumenta que eleger determinada cidade capital simbólica é uma forma de reconhecer a excelência do lugar em determinada área. Em sua opinião, as ricas peças em mosaico que embelezam a capital paranaense justificam que o título seja concedido.

O mosaico é uma arte decorativa em que peças coloridas de diversos matizes, conhecidas como tesselas,

são coladas sobre superfícies formando imagens.

Alvaro Dias ressaltou que mosaicos podem ser vistos em ruas, igrejas e museus de Curitiba. Disse ainda que circula na cidade a revista *Mosaico em Rede*, a primeira do Brasil sobre o tema.

O senador destaca, entre os artistas mais reconhecidos nessa arte, Bea Pereira, Rosângela Kusma Gasparin e Inês Grisotto. Entre os mais jovens, citou Denise Raasch Marcelino, Mauro Dacol, Tagliolo Loko, Iris Van den Bogert, Iara Fragozo, Fernanda Czelujinski.

O senador Dário Berger (PMDB-SC), relator da proposta, defendeu a aprovação do texto e disse que o mosaico de fato conquistou os curitibanos.



Mosaico *Árvore em Verso e Reciclagem*: arte pelas ruas da capital paranaense

Relatório sobre uso de imóveis nas Olimpíadas é discutido hoje

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 679/2015 — que permite que imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida possam ser usados inicialmente nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e, depois, repassados aos moradores finais — discute hoje o relatório de Romário (PSB-RJ).

O objetivo da medida é garantir

hospedagem para árbitros, jornalistas e demais pessoas que vão atuar nos Jogos, no Rio. Para o relator, a proposta do Executivo “é solução rápida e viável tanto para a construção dos alojamentos quanto para o reassentamento das famílias localizadas nas áreas em que serão realizados os Jogos”. Das 71 emendas apresentadas ao projeto, 5

foram incorporadas ao parecer.

A MP também permite às distribuidoras de energia fazer atividades para garantir o fornecimento temporário nas áreas relacionadas às Olimpíadas e às Paralimpíadas.

O texto ainda modifica a Lei do Ato Olímpico (Lei 12.035/2009) para equiparar as regras de concessão de visto

a turistas nas Olimpíadas de 2016 às vigentes na Copa do Mundo de 2014. Dessa forma, a concessão de visto passa a ser obrigatória, independentemente da nacionalidade, para os espectadores com ingressos para qualquer evento dos Jogos e a emissão torna-se prioritária pelos consulados brasileiros no exterior.

(Com Agência Câmara)

Debate aborda por que país não assinou acordo sobre importação

Foi transferida para amanhã às 9h a audiência pública para debater acordo firmado na Organização Mundial do Comércio (OMC) que elimina tarifas para importação de mais de 200 produtos e componentes eletrônicos, como GPS e tela sensível ao toque.

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) quer entender as razões que levaram o Brasil a ficar de fora do acordo, firmado depois de quase 20 anos de negociação. Ao todo, 54 países concordaram com a importação de produtos estrangeiros sem cobrar tarifa. Outro grupo de países, incluindo o Brasil, vai continuar taxando esses componentes.

Para o debate, foram convidados representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Itamaraty e do Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior. — Há os que defendem que o Brasil estar fora de um acordo como esse significa um atraso de tecnologia, um atraso de integração econômica e internacional. Ao contrário, outros argumentam que essa importação vai provocar justamente o contrário, pois não haverá incentivo nenhum em produzir — disse Hélio José (PSD-DF), que pediu o debate.

ACOMPANHE E PARTICIPE AMANHÃ, às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoCiencia>

Sistema S deveria oferecer cursos de graça, afirma Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou as entidades que compõem o Sistema S, como Sesi, Senai, Sesc, por arrecadarem muito dinheiro e não oferecerem cursos gratuitos. Segundo a Controladoria-Geral da União, as entidades arrecadaram, em 2014, R\$ 32 bilhões.

Para o senador, o correto seria usar os recursos para capacitar os trabalhadores.

— Aquelas pequenas empresas que estão baixando portas vão lá no Sebrae para fazer cursos, uma oficina de análise de mercado custa R\$ 350. Esse empresário não está tendo condições de pagar o salário do trabalhador. E ele tem de pagar — disse.



Paim participa como jurado na eleição da rainha da Festa da Uva

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou sua participação, no último fim de semana, como um dos jurados da eleição da rainha e das princesas da 31ª Festa da Uva de 2016, que ocorrerá entre 18 de fevereiro e 6 de março do ano que vem em Caxias do Sul (RS), cidade natal do senador.

A festa é considerada uma das maiores do mundo do setor. Paim parabenizou especialmente Rafaelle Furlan, eleita rainha, e Laura Denardi Fritz e Patrícia Picolli Zanrosso, princesas da Festa da Uva 2016. E também convidou a todos para participarem do evento no próximo ano.

— Foram 20 candidatas que concorreram, todas lindas. Não foi nada fácil a escolha. Quero dizer que, para mim, foi um dia mágico — disse Paim.

Blairo se diz preocupado com atraso em liberação de verba para agricultor

O senador Blairo Maggi (PR-MT) se disse preocupado com os atrasos dos bancos oficiais para liberação de crédito aos produtores rurais.

O senador afirmou que em Mato Grosso muitos produtores que dependem dos bancos oficiais temem que os créditos cheguem tarde demais para a época do plantio. Para ele, isso agravará a situação do setor, que já terá que suportar o aumento do preço dos insumos decorrente da alta do dólar.

— Poderemos ter uma diminuição na área plantada em Mato Grosso, porque muitos dos produtores não têm como acessar esses créditos a não ser por esses bancos oficiais.



Mais tempo para debater segurança no trabalho

Projeto que revoga norma sobre manuseio de máquinas perdeu a urgência em Plenário. Segundo o governo, de 2011 a 2013, cerca de 13,7 mil trabalhadores foram amputados

O PLENÁRIO DECIDIU ontem retirar a urgência de proposta que revoga regras de segurança no manuseio de máquinas e equipamentos por parte dos trabalhadores.

O projeto (PDS 43/2015), que susta a Norma Regulamentadora (NR) 12 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), voltará à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para análise mais aprofundada.

A retirada da urgência foi fruto de um acordo firmado na Comissão de Direitos Humanos (CDH), que discutiu o tema em audiência pública ontem pela manhã.

No debate foram aprovados pedidos para que o Plenário faça uma sessão temática sobre o projeto e para que senadores participem de grupo tripartite do Ministério do Trabalho que vai analisar a norma. Segundo o senador Blairo Maggi (PR-MT), o Ministério do Trabalho terá 30 dias para estudar o assunto e tentar um acordo.

Para vários senadores, a NR 12 estabeleceu regras irreais

de segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, o que vem prejudicando a indústria nacional.

De acordo com o autor do PDS 43/2015, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a NR 12 buscava a prevenção de acidentes do trabalho, mas foi alterada posteriormente por uma portaria do MTE que procurou alinhar o padrão brasileiro de segurança aos usados por países europeus.

“Ocorre que o resultado dessa alteração foi que a norma extrapolou seu poder regulamentar ao criar regras para a fabricação, sendo mais exigente que seus paradigmas e ocasionando altos custos para sua adaptação, tanto para as máquinas usadas como para as máquinas novas”, argumentou o senador na justificativa do projeto.

Máquinas paradas

Setores empresariais, de microempresas a grandes grupos, avaliam que é impossível executar tudo o que a norma de segurança determina.

Ao lado do senador Dou-



No debate presidido por Paim (E), Cássio (D) disse ser preciso ouvir todos os setores envolvidos, incluindo as empresas

glas Cintra (PTB-PE), relator do projeto, Cássio apoiou a retirada de urgência do PDS 43/2015. Mas enfatizou que é preciso ouvir todos os envolvidos na questão, incluindo as empresas.

— Eu ouvi diversos relatos sobre máquinas que foram importadas da Suíça, da Alemanha e que ficam paradas aqui por não se adaptarem à nossa legislação — disse o senador na audiência.

O presidente do Sindicato das Indústrias da Panificação em Santo André (SP), Antonio Carlos Henrique, afirmou que todo o setor no país quebraria se fosse cumprir a regra totalmente. Ele e outros empresários querem negociar aperfeiçoamentos na norma.

Posição semelhante foi apresentada por Rômulo Machado, do Ministério do Trabalho:

— Só é errado querer revogar a NR 12 como um todo. Não é

com um passe de mágica que vamos resolver esta situação.

Amputados

O representante do MTE apresentou números sobre acidentes no país envolvendo equipamentos.

— Somente entre 2011 e 2013, 12 trabalhadores por dia em média foram amputados. No total foram 13.724 amputados, é um número assustador. E a isso se somam 601 mortos, é quase um óbito por dia útil de trabalho — informou.

Machado disse ainda que, entre 2011 e 2013, ocorreram 221.843 acidentes, totalizando uma média de 270 fraturados por semana.

Cássio elogiou o Ministério do Trabalho pela disposição em negociar. E criticou acusação da presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos, de que o Senado poderia se curvar a um “novo modelo que seria construído sobre o sangue dos trabalhadores”.

Como prova de compromisso com a segurança no trabalho, Cássio informou que a emenda de bancada que apresentou ao Orçamento de 2016 foi a construção de nova sede para o Ministério Público do Trabalho em Campina Grande.

Para Paim, revogação total de regra de segurança agride os trabalhadores

O presidente da CDH, Paulo Paim, informou que vai se engajar na comissão tripartite do Ministério do Trabalho, porém disse ser “uma audácia inacreditável” a tentativa de revogar toda a NR 12.

— É uma insanidade, uma agressão aos trabalhadores, algo que comparo à liberalização das terceirizações para as atividades-fim das empresas — acredita.

O senador citou dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Previdência Social que demonstram que o Brasil é o quarto país no mundo em número de mortes e acidentes no trabalho. Só em 2013, foram cerca de 2,8 mil mortos.

— E ainda assim querem diminuir a proteção que existe. É desumano.

Paim conclamou entidades presentes à audiência, como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Nova Central Sindical

e o Ministério Público do Trabalho, entre outras, a se mobilizarem, pois uma movimentação de mesmo teor estaria ocorrendo na Câmara dos Deputados.

O senador e alguns dos participantes da audiência, como o juiz Luiz Colussi, da Anamatra, e Carlos Eduardo Lima, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, também discordam do argumento de que a revogação da norma seria necessária porque as empresas brasileiras estariam perdendo competitividade.

Para eles, a norma consolida na prática regulamentações obrigatórias para o país, devido a acordos com a OIT, dispositivos constitucionais e previsões legais.

Na opinião de Rosa Maria Campos, do Sinait, a revogação da NR 12 é inconstitucional e faz parte de uma ampla articulação visando à retirada de direitos

da classe trabalhadora

— Mas vamos continuar fiscalizando, mesmo que revoguem essa norma. A Constituição está ao nosso lado — disse.

O representante da União Geral dos Trabalhadores, Francisco Pereira, disse estranhar a articulação que percebe nos meios patronais contra as comissões tripartites do Ministério do Trabalho, para ele o verdadeiro alvo dos setores empresariais.

— Estão começando com a NR 12, mas na Câmara já há questionamentos em relação a diversas outras normas — informou ele, para quem modernizante seria ampliar os direitos dos trabalhadores, não suprimi-los.

Por sua vez, Luís Carlos Oliveira, da Força Sindical, disse que nunca viu uma empresa quebrar por cumprir normas de segurança e que “não será a NR 12 que vai fazer isso”.

Encíclica papal sobre meio ambiente será tema de audiência

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) vai debater, em 17 de setembro, a encíclica do papa Francisco *Laudato Si (Louvado Sejas)*, que alerta para as graves consequências da degradação ambiental, sobretudo nas populações mais pobres.

A audiência pública foi solicitada pelos senadores João Capiberibe (PSB-AP), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Jorge Viana (PT-AC) e pelo deputado federal Angelim

(PT-AC), cujo requerimento foi aprovado hoje. “A encíclica é densa. A questão ecológica é abordada não apenas em sua dimensão ‘natureza’, mas também no contexto humano, social, econômico, político, religioso e cultural”, assinalou Capiberibe na justificativa.

Segundo Bezerra, presidente da CMMC, o debate deverá contar com a participação do ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin; do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos

do Brasil (CNBB), Leonardo Steiner; e do jornalista Washington Novaes, colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em 30 de setembro, a ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, apresentará à CMMC a proposta do Brasil para a COP-21, que será realizada em Paris de 30 de novembro a 11 de dezembro.

Dias antes, a comissão deverá fazer um debate com a ex-senadora Marina Silva e um representante do Observatório do Clima, rede de entidades

civis envolvidas com a discussão sobre as mudanças climáticas no país. Segundo Bezerra, Marina foi convidada para a audiência do dia 17, mas não poderá vir em função de viagem à Europa.

Torre Alta

A comissão também aprovou requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para que três senadores da comissão façam diligência ao Observatório de Torre Alta, localizado na Reserva de De-

envolvimento Sustentável de Uatumã, a 350 quilômetros de Manaus.

Segundo frisou Vanessa no requerimento, o observatório é o maior e mais novo instrumento mundial para estudos sobre mudanças climáticas. Ela também pediu que a diligência seja acompanhada por pesquisadores do Instituto de Pesquisas da Amazônia.

De acordo com o presidente da CMMC, a visita integra uma série de diligências regionais pela comissão até novembro.